



PREFEITURA DE
SÃO JOSÉ DO RIO PRETO



PREFEITURA
SÃO JOSÉ
DO RIO PRETO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL
DE S. J. RIO PRETO

Concurso público 01/2010
(201) Analista fazendário

CONCURSO PÚBLICO 01/2010

Cargo:
(201) Analista fazendário

INSTRUÇÕES – PROVA OBJETIVA

- Este caderno contém 50 questões, com 4 alternativas cada uma.
- Cada questão contém somente UMA ALTERNATIVA CORRETA.
- Com letra legível preencha o campo abaixo com seu nome.
- Verifique se o cargo para o qual você se inscreveu é o mesmo presente, acima, neste caderno de questões.
- Caso este caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito ou não seja para o cargo que você se inscreveu, solicite ao Fiscal que providencie a substituição do mesmo.
- Assine a FOLHA DEFINITIVA DE RESPOSTAS com caneta de tinta AZUL ou PRETA.
- A duração da prova é de 3 (três) horas e 30 (trinta) minutos.
- O tempo mínimo de permanência na sala é de 1 (uma) hora e 30 (trinta) minutos após o início da prova.
- Você só poderá levar este caderno de questões transcorridos 3 (três) horas após o início da prova.
- Se desejar, use a tabela ao lado como folha intermediária de respostas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO

Nome do candidato



FAPERP
Fundação de Apoio à Pesquisa e
Extensão de São José do Rio Preto

1	<input type="checkbox"/>	26	<input type="checkbox"/>
2	<input type="checkbox"/>	27	<input type="checkbox"/>
3	<input type="checkbox"/>	28	<input type="checkbox"/>
4	<input type="checkbox"/>	29	<input type="checkbox"/>
5	<input type="checkbox"/>	30	<input type="checkbox"/>
6	<input type="checkbox"/>	31	<input type="checkbox"/>
7	<input type="checkbox"/>	32	<input type="checkbox"/>
8	<input type="checkbox"/>	33	<input type="checkbox"/>
9	<input type="checkbox"/>	34	<input type="checkbox"/>
10	<input type="checkbox"/>	35	<input type="checkbox"/>
11	<input type="checkbox"/>	36	<input type="checkbox"/>
12	<input type="checkbox"/>	37	<input type="checkbox"/>
13	<input type="checkbox"/>	38	<input type="checkbox"/>
14	<input type="checkbox"/>	39	<input type="checkbox"/>
15	<input type="checkbox"/>	40	<input type="checkbox"/>
16	<input type="checkbox"/>	41	<input type="checkbox"/>
17	<input type="checkbox"/>	42	<input type="checkbox"/>
18	<input type="checkbox"/>	43	<input type="checkbox"/>
19	<input type="checkbox"/>	44	<input type="checkbox"/>
20	<input type="checkbox"/>	45	<input type="checkbox"/>
21	<input type="checkbox"/>	46	<input type="checkbox"/>
22	<input type="checkbox"/>	47	<input type="checkbox"/>
23	<input type="checkbox"/>	48	<input type="checkbox"/>
24	<input type="checkbox"/>	49	<input type="checkbox"/>
25	<input type="checkbox"/>	50	<input type="checkbox"/>



FAPERP
Fundação de Apoio à Pesquisa e
Extensão de São José do Rio Preto

CONHECIMENTOS GERAIS

1. Na referência 1 aparecem os nomes de três conhecidas rodovias paulistas. Na referência 2 são identificadas três rodovias numa ordem aleatória.

Referência 1

- I. Rodovia Washington Luís.
- II. Rodovia Anhanguera.
- III. Rodovia Raposo Tavares.

Referência 2

- A. SP-270: liga São Paulo a importantes cidades da região Oeste do Estado de São Paulo, entre elas Presidente Prudente.
- B. SP-310: a partir das rodovias Bandeirantes e Anhanguera permite o acesso a importantes cidades da região Noroeste do Estado de São Paulo, entre elas São José do Rio Preto.
- C. SP-330: liga São Paulo a importantes cidades da região Nordeste do Estado de São Paulo, entre elas Ribeirão Preto.

A sequência que relaciona, corretamente, as duas referências é contemplada pela alternativa:

- a) I – B; II – A; III – C.
- b) I – B; II – C; III – A.
- c) I – A; II – B; III – C.
- d) I – C; II – B; III – A.

2. Experimento inédito realizado em abril, na Itália, pela Comunidade Europeia de Pesquisa Nuclear (CERN) emocionou a comunidade científica ao recriar, por meio de um super acelerador de partículas, situação aparentemente similar aos instantes imediatamente posteriores à grande explosão que teria dado origem ao Universo. Conforme noticiado pela mídia, os cientistas batizaram o experimento pelo nome de:

- a) *Big Bóson*.
- b) *Big Bang* em miniatura.
- c) *Mini Big Hadron Collider*.
- d) *The Great Bang*.

3. Um tipo de violência tem se agravado nas escolas brasileiras, preocupando as autoridades. Caracterizada por atos como xingamentos, humilhações, ameaças e até agressões físicas, praticados por um ou mais estudantes contra outro(s) de forma intencional, repetida e geralmente sem motivo evidente, essas agressões costumam causar sofrimento e traumas em níveis preocupantes. Pesquisa recente, feita em escolas das cinco regiões geográficas do país, mostrou que 70% dos cinco mil estudantes contatados já presenciaram cenas dessa natureza, enquanto 30% declararam já ter vivenciado ao menos uma vez o problema. No Brasil esse tipo de violência é identificado pela palavra (ainda não aportuguesada):

- a) *jumping*.
- b) *delivering*.
- c) *bullying*.
- d) *boiling out*.

4. Manchetes internacionais veem se referindo, de forma contundente, ao agravamento da crise econômico-financeira e à ameaça de falência de uma das nações que compõem a zona do euro bem como às suas implicações para a União Europeia e a economia mundial. O nome deste país, cujo governo vem enfrentando forte resistência da população por conta do rígido plano de austeridade econômica fechado com

o Fundo Monetário Internacional e a União Europeia a fim de garantir sua ajuda bilionária, é:

- a) Grécia.
- b) Alemanha.
- c) Inglaterra.
- d) Índia.

5. Em abril passado, nuvens de cinzas formadas pela erupção de um vulcão na Islândia, no Hemisfério Norte do globo, provocaram um caos aéreo na Europa, levando ao fechamento de dezenas de aeroportos e ao cancelamento de centenas de voos em todo o mundo. O problema ocasionou um prejuízo diário estimado em cerca de U\$ 200 milhões de dólares, além de afetar a vida de mais de 1,5 milhão de pessoas. Se necessário, utilize o recorte de mapa exibido para assinalar a alternativa correta.



- a) A Islândia é uma das ilhas do arquipélago britânico Cayman Island, localizado no Caribe.
- b) A Islândia é um país insular situado no Oceano Índico, no sudeste asiático.
- c) A Islândia é um país banhado pelo Oceano Ártico, localizado entre os Estados Unidos e a Groenlândia.
- d) A Islândia é um país insular situado no Atlântico Norte, entre a Groenlândia e o Reino Unido.

MATEMÁTICA

6. Embora quando convenientemente tratado as chances de cura cheguem a 100%, o câncer do colo de útero é considerado uma das maiores ameaças à saúde feminina e o segundo tipo de câncer mais comum entre as brasileiras. O Instituto Nacional de Câncer (INCA) estima que o número de casos novos desse tipo de câncer em 2010 seja de, aproximadamente, 20 casos a cada 100 mil mulheres brasileiras, o que equivale, a:

- a) 2 casos a cada 100 mulheres.
- b) 0,2 caso a cada 100 mulheres.
- c) 0,02 caso a cada 100 mulheres.
- d) 0,002 caso a cada 100 mulheres.

7. O dono de uma empreiteira resolveu dividir, em partes iguais, uma determinada importância entre seus funcionários a título de bonificação de Natal. No momento da divisão, porém, 25% deles resolveram renunciar ao bônus, o que levou cada um dos funcionários restantes a receber R\$ 50,00 além do que receberia. Deste modo, cada um dos funcionários restantes recebeu a quantia final de:

- a) R\$ 200,00.
- b) R\$ 175,00.
- c) R\$ 150,00.
- d) R\$ 125,00.

8. Na apuração geral dos votos envolvendo dois municípios A e B, um determinado candidato a deputado federal ficou em primeiro lugar em relação aos demais candidatos. Nestas condições, é correto afirmar:

- o candidato ficou em primeiro lugar em cada um dos dois municípios.
- o candidato ficou em primeiro lugar no município A e em segundo lugar no município B.
- o candidato ficou em primeiro lugar no município B e em segundo lugar no município A.
- pode não ter ocorrido nenhuma das situações descritas anteriormente.

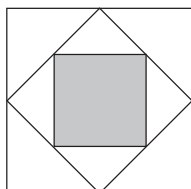
9. Para orientação acerca da cobrança de um determinado imposto progressivo foi elaborada a Tabela a seguir, aos moldes da utilizada pela Receita Federal para o Imposto de Renda.

Base de Cálculo (R\$)	Alíquota (%)	Parcela a Deduzir (R\$)
Até 5.000,00	—	—
De 5.000,01 até 10.000,00	5	250,00
De 10.000,01 até 20.000,00	10	750,00
Acima de 20.000,00	15	P

O valor de P corresponde a:

- R\$ 2.000,00.
- R\$ 1.750,00.
- R\$ 1.500,00.
- R\$ 1.250,00.

10. A figura exibe um alvo formado por três quadrados, sendo que os vértices dos dois quadrados menores são pontos médios dos lados a que pertencem. A probabilidade de um atirador acertar, com um único dardo, o quadrado menor (destacado em cinza) é:



- 1/5.
- 1/4.
- 1/3.
- 1/2.

PORTUGUÊS

INSTRUÇÃO: Leia com atenção a charge abaixo e o comentário que a segue, para responder às questões de 11 a 15.



Depois que a charge acima foi divulgada na Internet, no site do Yahoo, um internauta postou o seguinte comentário: “Esse cara está parecendo com um certo político de São Paulo!”.

Fonte: Internet <<http://colunistas.yahoo.net/colunistas>>

11. O gênero “charge” veicula sempre um tipo de discurso que:

- reproduz diretamente acontecimento político ou social.
- satiriza políticos brasileiros e suas ações de corrupção.
- dialoga com a realidade de forma caricatural, veiculando crítica social ou política.
- reproduz de modo direto a realidade, ironizando-a de alguma forma.

12. O sentido explícito da charge é uma referência:

- ao fato de todo político ser desonesto.
- à remessa de divisas para o exterior.
- à impunidade na evasão de divisas para paraísos fiscais.
- à exibição de troféus pela impunidade de crimes políticos.

13. Considerando o sentido implícito na charge e o texto do internauta, pode-se afirmar que:

- ele interpretou a charge do modo esperado, conferindo a ela uma conotação política apropriada.
- ele superdimensionou o sentido da charge, já que conferiu a ela uma conotação política não autorizada.
- a associação presente no seu texto é mais ampla do que o sentido explícito permitido.
- o sentido da charge não se presta à interpretação de casos específicos.

14. No texto da charge, as palavras “quando”, “para” e “em” indicam, respectivamente:

- tempo, finalidade e lugar.
- tempo, lugar e tempo.
- referência, finalidade e tempo.
- tempo concomitante, finalidade e tempo.

15. Na situação de fala do personagem da charge, a palavra “ali”:

- apesar do sentido primeiro de localização espacial, no contexto funciona como um pronome demonstrativo.
- apesar do sentido primeiro de demonstrativo, no contexto dado funciona como advérbio de lugar.
- no contexto dado tem a função de apontar um referente próximo do falante, mas distante da sua ouvinte.
- no contexto dado tem a função de apontar um referente próximo do falante e da sua ouvinte.

INSTRUÇÃO: Leia o texto abaixo para responder às questões de 16 a 20.

Novo pacote fiscal

- Em ano de sucessão presidencial, o governo Lula decidiu abrir sua caixinha de bondades e deu, na quarta-feira 10, um belo presente para os contribuintes. A receita federal tirou das garras do Leão mais de 1 milhão de pessoas no atual exercício. A partir de agora, os contribuintes que receberam menos de R\$ 17.215,08 durante 2009 e possuem bens que não somam R\$ 300 mil não precisam mais declarar Imposto de Renda. Pelas regras antigas, qualquer pessoa com imóveis acima de R\$ 80 mil era obrigada a prestar contas ao Leão, mesmo que não tivesse renda. Entravam nesse caso até aqueles que viram o patrimônio aumentar extraordinariamente apenas pelo vai e vem do mercado imobiliário.
- Com a atualização patrimonial, a Receita espera reduzir o número de declarações de 25,5 milhões para 24 milhões este ano. Assim, dedicará mais tempo à checagem de informações de pequenos contribuintes. A idéia é se concentrar cada vez

mais na varredura dos grandes sonegadores, que são responsáveis pelos maiores prejuízos aos cofres da União. Isso não significa que o Leão simplesmente deixará de fiscalizar os pequenos contribuintes, mas, reduzindo o volume, o trabalho de checagem diminui e o esforço pode ser concentrado em quem deve mais imposto. Mas as boas notícias não abrangem apenas a população de baixa renda. Também estão liberados de prestar contas ao Leão contribuintes que são sócios de empresas que não tiveram rendimentos. Até o ano passado, também tinham que declarar donos das empresas inativas.

(3) Além disso, o governo resolveu corrigir em 4,5% as deduções com dependentes e educação e permitir que o imposto devido seja pago em até oito vezes. Atualmente, os limites para essas deduções são: R\$ 1.655,88 para cada dependente e R\$ 2.592,29 para educação. Também deverão entregar declaração os contribuintes tributados na fonte acima de R\$ 40 mil e quem teve receita bruta de atividade rural acima de R\$ 86.075,40.

(4) A partir de 2011, o limite tributável passará de R\$ 17.215,08 para R\$ 22.487,25. Isso não significa que a arrecadação vai cair ou que as alíquotas vão subir. De acordo com Joaquim Adir, supervisor nacional do Imposto de Renda, o aumento da faixa de isenção beneficiará cerca de dez milhões de brasileiros, que não têm imposto a receber nem a restituir. Dentro da política de simplificação, todas as informações deverão ser enviadas pela internet, o que não chega a ser um problema, pois, dos 25,5 milhões de declarações entregues em 2009, apenas 127 mil foram preenchidas em formulário de papel.

Fonte: Revista **IstoÉ**, n. 2101, 17.fev.2010, p.74-5 (adaptação).

16. De acordo com o texto:

- Mesmo que não assuma, o governo vai ser necessariamente prejudicado pelas mudanças fiscais, pois o número de contribuintes passa a ser menor.
- Em 2011, apesar de crescer o limite de tributação, a arrecadação poderá subir, sem haver aumento de alíquota.
- Na verdade, as mudanças serão benéficas só para o próprio governo, já que seus fiscais terão trabalho de checagem menor.
- Entre os pequenos contribuintes só serão checados os que forem sonegadores.

17. Do ponto de vista do autor do texto, pode-se afirmar que o que ele rotula de “política de simplificação” trata-se, na verdade, de uma política:

- exclusivamente fiscal, que visa à promoção da inclusão social, por meio de tributação escalonada.
- necessária à promoção da desigualdade social, pois visa à melhoria da distribuição de renda entre os cidadãos.
- de flexibilidade fiscal, cuja adoção, em ano eleitoral, não pode ser mera coincidência.
- imparcial e pragmática, pois evita desperdício de papel.

18. Com base no texto, analise as afirmações abaixo como V (Verdadeira) ou F (Falsa) e assinale a alternativa que indica a sequência da análise correta das afirmações.

- Em 2010, entre as pessoas que não precisam declarar Imposto de Renda estão os contribuintes que receberam, em 2009, valores iguais ou inferiores ao limite tributável e os sócios de empresas que não tiveram rendimentos.
- Em 2010, entre as pessoas que não precisam declarar Imposto de Renda estão todos os contribuintes que antes possuíam imóveis acima de R\$ 80 mil.

III. Em 2010, entre as pessoas que não precisam declarar Imposto de Renda incluem-se todos os contribuintes que possuem imóveis até R\$ 300 mil.

IV. Em 2010, entre as pessoas que não precisam declarar Imposto de Renda estão contribuintes que receberam, em 2009, valores iguais ou inferiores ao novo limite tributável, desde que não sejam proprietários de imóveis que, somados, atinjam valor superior a R\$ 300 mil.

V. Em 2010, entre as pessoas que precisam declarar Imposto de Renda estão aqueles cuja receita bruta advinda de atividades rurais foi inferior a R\$ 86.075,40.

- V, V, V, V, V.
- F, F, F, V, V.
- V, V, V, V, F.
- V, F, F, V, F.

19. Na frase “qualquer pessoa com imóveis acima de R\$ 80 mil era obrigada a prestar contas ao Leão, mesmo que não tivesse nenhuma renda” (parágrafo 1), a relação de sentido entre as orações que a formam é:

- oposição.
- condição.
- conseqüência.
- concessão.

20. Na expressão “caixinha de bondades” (parágrafo 1), o emprego do diminutivo:

- conota afetividade.
- disfarça a censura ao governo.
- reforça a metáfora de aprovação ao pacote fiscal.
- reforça a ironia da expressão.

INFORMÁTICA

21. Com relação ao software MS-Word 2003, o recurso de controle de alterações permite:

- inserção de comentários e realce nos trechos selecionados.
- mudança de exibição no *Layout* da página.
- alteração de marcadores e comentários.
- inserção de referência cruzada e revisão das alterações.

22. O recurso de controle de índice analítico no MS-Word 2003, através do menu “Inserir Referência” permite:

- Relacionar estilos de formatação e suas páginas como um sumário.
- Aplicação de marcadores nos trechos selecionados.
- Controlar níveis do próprio índice.
- Colaboração on-line do documento.

Assinale a alternativa cujos itens contemplados estão corretos.

- I, III e IV.
- II e IV.
- I e III, apenas.
- I e IV, apenas.

23. Com relação ao recurso “Atingir Meta” do MS-Excel 2003, é possível:

- realizar cálculos necessários para que uma célula seja igual ao seu valor inicial.
- definir as funções matemáticas necessárias para o cálculo de um conjunto de células.
- identificar a melhor maneira de somar várias células ao mesmo tempo.

- d) definir para que uma determinada célula atinja um determinado valor variando uma determinada célula, diferente da primeira.


24. Uma “macro” do Microsoft Excel é uma sequência de comandos e funções armazenadas em um módulo do Visual Basic e pode ser acionada sempre que houver necessidade de se executar tarefas no Microsoft Excel de forma a automatizar a execução repetida de uma tarefa. Para se criar uma macro, deve-se:

- no menu **Ferramentas**, posicionar o ponteiro sobre **Macro** e, em seguida, clicar em **Gravar nova macro** e inserir um nome desejado para a mesma.
- no menu **Inserir**, posicionar o ponteiro sobre **Nome** e, em seguida, clicar em **Definir** e inserir um nome desejado para a mesma.
- no menu **Dados**, clicar em **Importar dados externos** e inserir um nome desejado para a mesma.
- pressionar a tecla **ESC** e clicar em **Fim** na caixa de diálogo **Microsoft Visual Basic**.

25. Para obter a média aritmética de valores que estão nas células A1, A2, A3, A4 e A5, mais o valor 7, utilizando a fórmula MÉDIA do Microsoft Excel, deve-se utilizar a seguinte sintaxe:

- MÉDIA(A1:A5;7).
- = MÉDIA(7;A1:A5).
- MÉDIA(7;A1:A5).
- = MÉDIA(A1:A5;7).

26. Assinale qual alternativa representa a ação correspondente

ao clicar com o botão esquerdo do mouse no botão  localizado no canto inferior esquerdo do Microsoft PowerPoint 2003.

- Encerra a apresentação.
- Inicia a apresentação a partir do slide atual.
- Exibe as propriedades do slide atual.
- Inicia a apresentação a partir do primeiro slide.

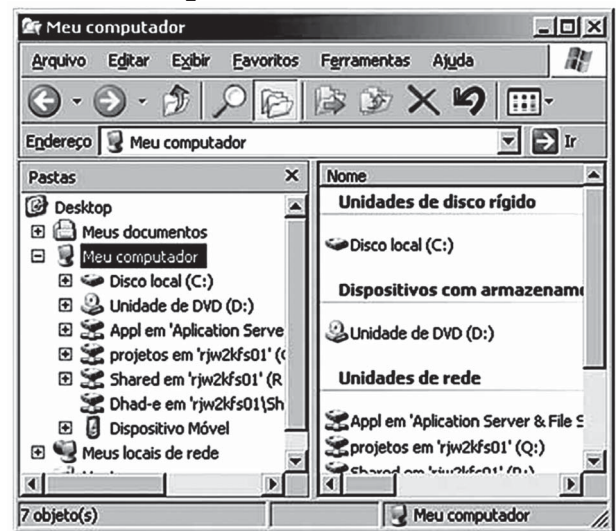
27. Na manipulação de arquivos e pastas no Windows XP, quando se “copia” uma pasta localizada no diretório raiz (c:) contendo outras sub-pastas e arquivos e, posteriormente a colagem na “área de trabalho”:

- a pasta é migrada para a área de trabalho, mantendo-se a estrutura dos diretórios (sub-pastas e arquivos) nela contida e a original, localizada inicialmente no diretório raiz, é excluída.
- a pasta é copiada para a área de trabalho, mantendo-se a estrutura dos diretórios (sub-pastas e arquivos) nela contida, e a original, localizada inicialmente no diretório raiz é mantida.
- a pasta é copiada para a área de trabalho, porém sem as sub-pastas e arquivos contidas na pasta original, localizada inicialmente no diretório raiz.
- a pasta é copiada para a área de trabalho, com suas sub-pastas, porém sem os arquivos contidas na pasta original, localizada inicialmente no diretório raiz.



28. Quando se tenta enviar um e-mail com anexos, sem especificar um assunto no campo Assunto e atendido o aviso de ausência do mesmo:

- o e-mail com anexos é enviado normalmente ao destinatário, mesmo sem um assunto definido.
- o e-mail não é enviado até que o usuário defina um assunto.
- o e-mail é enviado, porém os anexos não são enviados.
- o e-mail não é enviado, uma vez que não é permitido anexar arquivos sem definir um assunto.

29. Considere a figura.



A figura acima, retirada de um computador com Windows XP, é correto afirmar que:

- pressionando as teclas "Alt"+"X" o usuário recorta o atalho para "Meu computador".
- pressionar a tecla "Enter" redirecionará o usuário para o diretório  Disco local (C:).
- para acessar o menu **Ajuda** deve-se pressionar no teclado "Alt"+"F1".
- o botão  é utilizado para a localizar pastas e arquivos

30. Na elaboração de uma tabela em um arquivo do MS-Word 2003 necessita-se que sejam efetuados alguns cálculos.

- A soma dos valores das células acima da corrente deve ser obtida pela seleção do item fórmula na opção tabela do menu principal e inserção do operador sum(above).
- A soma dos valores das células acima da corrente a_k deve ser obtida pela seleção do item fórmula na opção tabela do menu principal e inserção do operador sum($a_1;a_{k-1}$).
- A função count($b_1;b_3$) aplicada na célula b_4 mostrará o número de linhas da tabela no intervalo definido para o argumento.
- A célula a_1 possui o valor numérico 1,9 e o resultado para a fórmula =int(a_1+4) na célula a_2 é 6.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31. No que concerne às limitações de tributar da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, é vedado cobrar tributos no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou, e, ainda, antes de decorridos noventa dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou, ressalvadas as exceções expressamente previstas na Constituição Federal. Há, portanto, duas exigências temporais a serem cumpridas: a anual e a nonagesimal. A qual das exceções abaixo não se aplica a exigência temporal nonagesimal:

- empréstimos compulsórios para atender a despesas extraordinárias, decorrentes de calamidade pública, de guerra externa ou sua iminência.
- fixação de base de cálculo do imposto sobre propriedade predial e territorial urbana
- imposto sobre exportação de produtos nacionais ou nacionalizados
- imposto sobre produtos industrializados

32. Ao instituir o IPTU, a Constituição Federal prevê que os Municípios devem observar o princípio da capacidade contributiva e a progressividade fiscal e extrafiscal. Com base nos referidos comandos constitucionais é correto afirmar que:

- a) não se admite a progressividade para o IPTU, com base no valor do imóvel.
- b) a observância do princípio da capacidade contributiva na instituição do IPTU depende da edição de Plano Diretor pelo Município.
- c) a capacidade contributiva pode ser aferida com base na fortuna em dinheiro do proprietário do imóvel.
- d) a progressividade do IPTU pode ser estipulada em função da subutilização do solo urbano.

33. Quanto ao domicílio tributário vige a regra da eleição pelo contribuinte. Pode, todavia, ser alterado o domicílio tributário quando:

- a) houve alteração do domicílio eleitoral do contribuinte.
- b) recusado pela autoridade administrativa, por razões de praticidade fiscal.
- c) o contribuinte for autuado por ter agido com dolo, má-fé ou fraude.
- d) o tributo incidir sobre imóvel diverso do local do domicílio eleito pelo contribuinte.

34. Em princípio, vige a regra da irrevisibilidade do lançamento, segundo a qual este não pode mais ser modificado pela autoridade depois de cientificado ao contribuinte ou responsável. No entanto, essa alteração é possível nas hipóteses taxativamente previstas em lei. Permite-se a alteração em virtude de:

- a) impugnação do sujeito ativo.
- b) impugnação de terceiro interessado.
- c) iniciativa, de ofício, da autoridade administrativa, em se tratando de tributo cujo anterior lançamento por homologação tenha sido comprovadamente feito com omissão ou inexatidão, por parte da pessoa legalmente obrigada.
- d) iniciativa, de ofício, da autoridade administrativa, com base em seu poder discricionário, enquanto não extinto o direito do sujeito passivo.

35. O Município “A” ajuizou execução fiscal em 25/09/2007, para cobrança de IPTU relativo a fato gerador ocorrido no ano de 2005. Feito o depósito judicial pelo contribuinte, foi extinta a execução fiscal, com a devida ciência ao Procurador do Município. Após o trânsito em julgado da sentença de extinção, porém, o Município credor constatou, no decorrer do ano de 2010, que o valor depositado não correspondeu ao pagamento integral do débito. Diante disso, é correto afirmar que:

- a) o Município nada mais pode fazer, porque o débito foi alcançado pela prescrição.
- b) o Município nada mais pode fazer, porque houve trânsito em julgado da sentença de extinção da execução fiscal.
- c) o Município pode reinscrever o débito remanescente e ajuizar nova execução fiscal, uma vez que não houve a extinção do crédito tributário regularmente constituído, na forma da lei.
- d) o Município pode reinscrever o débito remanescente e cobrá-lo apenas pela via administrativa.

36. Em qual das hipóteses abaixo o contribuinte não tem direito à certidão positiva de débito, com efeito de negativa:

- a) se o débito estiver parcelado, sem garantia.
- b) se houver garantia, em bens móveis, correspondente a 100% do valor do débito.

- c) se houver garantia, em dinheiro, correspondente a 90% do valor do débito.
- d) se houver medida liminar concedida em mandado de segurança.

37. “[...] Vislumbrado na Magna Carta de 1215, o direito de petição nasceu por meio do right of petition, na Inglaterra, consolidando-se no Bill of Rights de 1689. Consistia, nesse primeiro momento, no simples direito de o Grande Conselho, depois o Parlamento, pedir que o Rei sancionasse as leis. Fortaleceu-se na Constituição francesa de 1791 ao se ampliarem os peticionários e o objeto da petição”.

“Segundo José Afonso da Silva, ‘o direito de petição define-se como o direito que pertence a uma pessoa de invocar a atenção dos poderes públicos sobre uma questão ou situação’, seja para denunciar uma lesão concreta, e pedir a reorientação da situação, seja para solicitar uma modificação do direito em vigor no sentido mais favorável à liberdade... Há, nele, uma dimensão coletiva consistente na busca ou defesa de direitos ou interesses gerais da coletividade. [...]”

(SILVA, José Afonso da Silva. Curso de Direito Constitucional Positivo. 23ª edição. São Paulo: Malheiros, p.441, *Apud*, LENZA, Pedro. *Direito Constitucional Esquemático*. 13ª Ed. Rev., atual. E ampl. São Paulo: Saraiva, 2009, p.696.)

Após a leitura deste breve histórico, é correto afirmar que vigora no Brasil a seguinte regra constitucional:

- a) a todos os brasileiros natos é assegurado, independentemente do pagamento de taxas, o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direito ou contra ilegalidade ou abuso de poder.
- b) a todos os brasileiros natos ou naturalizados é assegurado, dependendo do pagamento de taxas, o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direito ou contra ilegalidade ou abuso de poder.
- c) a todos é assegurado, independentemente do pagamento de taxas, o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direito ou contra ilegalidade ou abuso de poder.
- d) a todos é assegurado, independentemente do pagamento de taxas, a obtenção de certidões em repartições privadas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal.

38. Assinale a alternativa que pertence ao elenco dos direitos sociais dos trabalhadores urbanos e rurais, previstos no art. 7º da CF/88.

- a) Proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil.
- b) A lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada.
- c) É plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar.
- d) Ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado.

39. Com referência aos Tribunais e juízes dos Estados, julgue os itens que se seguem sob as perspectivas de organização e de controle de constitucionalidade.

- I. A competência dos tribunais será definida na Constituição do Estado, sendo a lei de organização judiciária de iniciativa do Tribunal de Justiça.
- II. Processar e julgar originariamente nos crimes comuns o Governador, e nos de responsabilidade os desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado.

III. Cabe aos Estados a instituição de representação de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais ou municipais em face da Constituição Estadual, vedada a atribuição da legitimação para agir a um único órgão.

Pode-se afirmar que estão corretos os itens:

- a) I e II, apenas.
- b) II e III, apenas.
- c) I, II e III.
- d) I e III, apenas.

40. A organização administrativa estabelecida na CF/88 estabeleceu tratamento especial aos ocupantes de cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração. Assim, é correto afirmar que:

- a) os ocupantes de cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração estão sujeitos a prévio concurso público, porém com a disposição exclusiva de títulos e documentos.
- b) os ocupantes de cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração estão sujeitos ao regime próprio de previdência.
- c) os ocupantes de cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração estão sujeitos ao regime geral de previdência.
- d) os ocupantes de cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração não estão sujeitos às limitações salariais e referenciadas ao Chefe do Executivo.

41. “[...] A atividade administrativa se desenvolve de modo direto ou indireto: ou bem temos um centro de competências que apenas as “desconcentra” (transfere ou delega funções dentro da mesma estrutura administrativa), ou então temos, como se viu, pessoas jurídicas “distintas” da entidade estatal que as cria, adquire ou incorpora, mas que também desenvolverão atividades administrativas de forma “descentralizada.”

Em qualquer caso, as mais relevantes dessas atividades são os “serviços públicos”, que, como se vê no art. 175 da Constituição Federal, são prestados pelo Poder Público, em qualquer de suas esferas federativas, direta ou indiretamente”.

(ARAÚJO, Edmir Netto de. *Curso de Direito Administrativo*. 4ª edição, revista e atualizada. São Paulo: Saraiva, 2009, p.100)

Com o auxílio do texto, somado aos conhecimentos do Direito Administrativo e aos dispositivos constitucionais, podemos afirmar que:

- a) as pessoas jurídicas de direito público não responderão pelo dano de seus agentes.
- b) as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.
- c) as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, dispensado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.
- d) as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos não responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, dispensado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

42. Em relação ao instituto de Servidor Público, julgue os itens a seguir, e marque apenas a alternativa que contém os itens corretos.

- I. A exoneração de cargo efetivo dar-se-á a pedido do servidor, ou de ofício, e, no último caso, ela ocorrerá quando não forem satisfeitas as condições do estágio probatório ou quando, tendo tomado posse, o servidor não entrar em exercício no prazo estabelecido.
 - II. Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.
 - III. A administração fazendária e seus servidores fiscais terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei.
- a) I e II, apenas.
 - b) II e III, apenas.
 - c) I, II e III.
 - d) I e III, apenas.

43. A violação de sigilo funcional é:

- a) devassar o sigilo de proposta de concorrência pública, ou proporcionar a terceiro o ensejo de devassá-lo.
- b) usurpar o exercício de função pública.
- c) deixar o funcionário, por indulgência, de responsabilizar subordinado que cometeu infração no exercício do cargo ou, quando lhe falte competência, não levar o fato ao conhecimento da autoridade competente.
- d) revelar fato de que tem ciência em razão do cargo e que deva permanecer em segredo, ou facilitar-lhe a revelação.

44. No que tange aos servidores públicos, é correto afirmar que:

- a) o tempo de contribuição municipal será contado para o efeito de aposentadoria, mas não será contado o tempo de serviço correspondente para efeito de disponibilidade.
- b) o tempo de contribuição municipal será contado para o benefícios decorrentes de acidente de trabalho, mas não será contado o tempo de serviço e contribuição para efeito de aposentadoria.
- c) o tempo de serviço será contado para o efeito de disponibilidade e se admitirá a contagem de tempo de contribuição fictícia, desde que estabelecida em lei municipal.
- d) o tempo de serviço será contado para o efeito de disponibilidade e o tempo de contribuição federal, estadual ou municipal para o efeito de aposentadoria.

45. Considere a estrutura da organização “A” como um tipo de sistema organizacional mais adequado a situações relativamente estáveis de mercado e tecnologia, em que há valorização da comunicação e interação vertical entre superiores e subordinados. Considere, ainda, a estrutura da organização “B”, caracterizada pela institucionalização da mudança como um elemento natural, com possibilidades de interações e comunicações a qualquer nível, de acordo com as necessidades do processo.

Os princípios propostos no enunciado, que caracterizam as estruturas das organizações “A” e “B”, referem-se, respectivamente, aos modelos:

- a) concorrencial e estrutural.
- b) adhocrático e radial.
- c) burocrático e mecânico.
- d) mecânico e orgânico.

46. O Estado e os órgãos públicos em geral, são classificados como organizações político-administrativas, segundo sua função genotípica, ou seja, a que exerce como subsistema de sociedade global. De acordo com essa classificação, as organizações públicas são assim classificadas, pois:

- a) são fornecedoras de mercadorias e serviços para desempenhar seu papel na sociedade global.
- b) estão relacionadas à socialização e ao treinamento das pessoas que irão desempenhar papéis em outras organizações e na sociedade global.
- c) são relacionadas à criação de conhecimentos e ao desenvolvimento de novas soluções para problemas complexos.
- d) estão relacionadas à coordenação e ao controle de recursos humanos e materiais.

47. O processo de planejamento é um processo sistemático que envolve:

- a) análise situacional (presente, passado e futuro), estabelecimento de objetivos e planos alternativos, avaliação e seleção de objetivos e planos, implementação e monitoramento e controle.
- b) previsão do futuro, estabelecimento de objetivos e planos alternativos, avaliação e seleção de objetivos e planos, implementação e monitoramento e controle.
- c) análise externa (presente, passado e futuro), estabelecimento de objetivos e planos alternativos, avaliação e seleção de objetivos e planos, implementação e monitoramento e controle.
- d) análise do passado, estabelecimento de objetivos e planos alternativos, avaliação e seleção de objetivos e planos, implementação e monitoramento e controle.

48. “O Município de São José do Rio Preto através do Portal da Transparência, que será hospedado no site da Prefeitura, permitirá o acesso aos cidadãos em tempo real aos gastos municipais, serão disponibilizados todos os atos praticados pela administração municipal no decorrer da execução das despesas pagas com dinheiro público, com informações referentes às licitações, convênio, materiais comprados e obras realizadas.”

Fonte: www.diarioweb.com.br

O artigo 48 da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000, prevê que são instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos. A transparência será assegurada também mediante:

- a) incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos.
- b) liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução administrativa e assistencial, em meios eletrônicos de acesso público.
- c) adoção de sistemas de segurança digitais que permitam a realização pela sociedade, do plano de gestão tributária e leis de diretrizes orçamentárias.
- d) incentivo à participação popular no acompanhamento e conferência da prestação de contas municipal em conjunto com o Tribunal de Contas do Estado.

49. Na referência 1 aparecem os cinco princípios da administração pública descritos no caput do artigo 37, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Na referência 2 aparece, numa ordem aleatória, uma descrição concisa e aproximada do significado de cada um desses princípios.

Referência 1

- I. Princípio da legalidade.
- II. Princípio da impessoalidade.
- III. Princípio da moralidade.
- IV. Princípio da publicidade.
- V. Princípio da eficiência.

Referência 2

- A. Os agentes da administração pública devem atuar em estrito cumprimento à lei, ao direito e às exigências do bem comum.
- B. Os agentes da administração pública devem primar pelo cumprimento das normas jurídicas e dos padrões éticos dominantes na sociedade referentes à gestão de bens e interesses públicos.
- C. Os atos da administração pública destinam-se genericamente à coletividade e não podem levar a favoritismos, privilégios ou favorecimento de interesses privados e nem à promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.
- D. Os agentes da administração pública devem se orientar pela persecução do bem comum e da qualidade por meio da adoção de critérios legais e morais, maximizando o aproveitamento de recursos humanos, meios e materiais disponíveis.
- E. Os agentes da administração pública devem zelar pela transparência e divulgação oficial de seus atos a fim de permitir seu conhecimento e controle pelos interessados, pela sociedade e pelos órgãos competentes.

A sequência que relaciona, corretamente, princípio e significado é contemplada pela alternativa:

- a) I-E; II-B; III-C; IV-A; V-D.
- b) I-A; II-C; III-B; IV-E; V-D.
- c) I-A; II-C; III-B; IV-D; V-E.
- d) I-B; II-A; III-E; IV-D; V-C.

50. Conforme disposto na seção “Da Segurança Pública”, do capítulo “Do Poder Executivo” e título “Da Organização dos Poderes”, da Lei Orgânica do Município de São José do Rio Preto, é permitido ao Município:

- a) decidir, a cada exercício fiscal, o percentual da Receita tributária a ser aplicado na Segurança Pública, nunca, porém, em nível superior a 12% dessa Receita.
- b) restringir o horário de trânsito de civis menores de 18 anos no período noturno, nos termos de lei complementar.
- c) colaborar com qualquer Município ou Estado da Federação ou, ainda, com qualquer país limítrofe na prevenção, socorro, assistência e recuperação em caso de ocorrência de eventos desastrosos.
- d) constituir Guarda Municipal, força auxiliar destinada à proteção de seus bens, serviços e instalações, nos termos de lei complementar.